

## **Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu**

Deborah Thomé Sayão

### *Resumo*

*Este texto procura estabelecer um diálogo entre algumas obras de Michelle Perrot e de Pierre Bourdieu buscando focalizar três temáticas que perpassam suas análises denominadas aqui como: corpo, poder e dominação. Mesmo ciente das diferenças teórico-metodológicas que configuram as pesquisas de Perrot e Bourdieu, é possível pensar a partir deles e numa perspectiva de complementaridade a educação, a escola e o papel que exercem na vida contemporânea. A pretensão central do texto é elaborar argumentos que dêem visibilidade às diferenças, às hierarquias e às violências que configuram as relações de gênero em diversos contextos da vida social. Para promover o diálogo, busco apoio nos Estudos de Gênero e em algumas abordagens da Teoria Feminista.*

*Palavras-chave: Bourdieu, Pierre, 1930 - Crítica e interpretação; gênero - Relações; Perrot, Michelle - Crítica e interpretação; Poder (ciência sociais); Relações homem-mulher.*

Professora do Departamento de Metodologia do Ensino CED/UFSC. Doutoranda na linha de pesquisa Ensino e Formação de Professores no PPGE/UFSC.

Perspectiva. Florianópolis, v.21, n.01, p. 121-149, jan./jun.2003

## 1 Introdução

Neste texto<sup>1</sup> procuro compreender alguns aspectos das obras de Pierre Bourdieu e de Michelle Perrot, focando as diferentes formas como ambos percebem o poder e a dominação. Tais categorias têm sido candentes nos Estudos de Gênero, desde as primeiras manifestações feministas contra a sociedade patriarcal, indo além dos questionamentos sobre o papel da mulher e a condição feminina, até os dias atuais, quando novas configurações sociais se apresentam, redefinindo papéis e contextos. O corpo, como lugar onde se inscrevem os elementos culturais presentes nas experiências que os sujeitos humanos vivem ao longo de sua existência, é a primeira forma de identificação dos homens e das mulheres e *locus* do exercício do poder e, portanto, não poderia ficar alheio a este debate.

Logo ao nascer e, com base em diferenças eminentemente anatômicas inseridas na corporalidade, somos identificados/as com um determinado “sexo”<sup>2</sup>. A simples observação dos órgãos externos “diagnóstica” uma condição que deve valer para toda a vida. Passamos a ser homens ou mulheres e as construções culturais provenientes dessa diferença evidenciam inúmeras desigualdades e hierarquias que se desenvolveram e vêm se acirrando ao longo da história humana, produzindo significados e testemunhando práticas de diferentes matizes.

As diferenças biológicas como marcas culturais suscitaram elaborações que tentam explicar e/ou justificar as mais variadas distinções entre homens e mulheres. Muitas teorias foram construídas e multiplicadas, pretendendo comprovar “cientificamente” tais distinções. No “padrão científico”, o homem ou o masculino tem sido a “norma” e isso se evidencia desde as elaborações lingüísticas nas quais tradicionalmente se toma o masculino como sinônimo de humanidade. Também na produção de conhecimento, na área da biomedicina, por exemplo, o corpo feminino é tomado como um apêndice ou uma versão menos desenvolvida do masculino “padrão”, passando por muitas outras simbologias. Especializações que pretendem conhecer mais bem o corpo feminino são criadas, como a ginecologia e a obstetrícia, sem que se pense num correlato masculino, como a andrologia, tendo em vista que este conhecimento sobre o corpo dos homens parece estar suficientemente conhecido e estruturado.

As construções simbólicas oriundas dessas concepções indicam uma suposta inferioridade feminina determinada por um corpo mais frágil, com menor número de neurônios e, ainda, situado na esfera da vida

reprodutiva. Por isso, as mulheres são vistas como ligadas ao mundo da casa, ao doméstico e ao cuidado dos filhos. A capacidade corporal feminina relacionada à reprodução da espécie humana delimita o espaço da mulher na vida em sociedade; seu papel social de “cuidadora” confere-lhe uma posição hierárquica inferior em relação aos homens publicamente ativos e provedores. À primeira vista e tomando representações comuns, seria possível dizer que os homens estariam na esfera da vida produtiva, enquanto as mulheres na esfera da vida reprodutiva<sup>3</sup>.

Sem dúvida alguma, essa é uma espécie de caricatura naturalizada e que vem se reproduzindo ao longo de alguns séculos, agregando, entretanto, aspectos contraditórios. Nesse sentido, se do corpo derivavam construções culturais que desenhavam um homem dominante em contraposição a uma mulher dominada, como uma realidade fixa e imutável, diferentes estudos, situados em diversos campos, têm apontado formas de resistência feminina aos estereótipos e papéis sociais de gênero. Além disso, são observadas perdas ou custos de manutenção da imagem de poder patriarcal referente ao mundo masculino. Um forte questionamento sobre o corpo como lugar da violência física e simbólica masculina é empreendido pelas feministas, especialmente, a partir dos anos de 1960, originando daí políticas que visavam e ainda visam à aquisição de direitos como o uso da pílula anticoncepcional e o aborto, dentre outros, trazendo uma outra dimensão para o corpo da mulher em diferentes culturas.

No campo da educação, os ambientes educacionais<sup>4</sup> têm sido considerados importantes vetores de reprodução das hierarquias centradas no gênero. Para percebê-lo, basta comparar a distinção entre o número de professoras nas instituições de ensino em geral e o gênero presente nas esferas de decisão das políticas públicas. De onde emanam e como são formalizadas as políticas públicas para a educação? Quem as executa? Aparentemente, a escola e as creches são femininas porque abrigam um número majoritário de mulheres como professoras e/ou educadoras, mas os cargos de proposição das políticas educacionais e do conhecimento estão na esfera da produção masculina. Parece que se reproduz e se reconfigura permanentemente a “velha” divisão social/sexual do trabalho.

Mas, se por um lado, a escola e os ambientes educacionais reproduzem, creio que eles também agregam uma força propulsora do debate e da ação quanto ao reconhecimento das desigualdades ao colocar em questão o sexismo e as relações de poder entre professores e professoras, alunos

e alunas, políticas educacionais e práticas pedagógicas, currículos e avaliação. Experiências pontuais têm demonstrado que a instituição escolar também pode ensinar práticas democráticas e mais igualitárias.

Nesse aspecto, a escola desenvolve experiências que apresentam continuidades e descontinuidades em relação ao plano social que, num movimento incessante e movidas pelos sujeitos, são passíveis de rupturas. Interessa-me, sobretudo, as construções de gênero que os ambientes educacionais empreendem em seu cotidiano e as formas como incorporam as políticas e as resistências que exercem diante da violência colocada sobre eles e os sujeitos no confronto com as diferenças. É preciso ter em mente que qualquer forma de desigualdade e exercício de poder necessitam ser permanentemente colocados à prova.

Para desenvolver o tema proposto, restringi a elaboração do texto aos escritos de Pierre Bourdieu sobre *A dominação masculina*<sup>5</sup> e procurei criar um diálogo com Michelle Perrot, especialmente por meio dos estudos publicados em *Os excluídos da História*<sup>6</sup>, sem que me tenha limitado a eles. Entendo que ambos, embora com ênfases e características distintas, são fundamentais na análise do papel dos ambientes educacionais como microcosmos do social.

Aprofundar este assunto também se deve ao fato de vivermos um momento em que as constantes mudanças na vida política e na economia mundial promovem um verdadeiro “show” quanto às formas como o poder e a dominação se desenvolvem por todos os cantos do planeta, marcando drasticamente os corpos e as mentes de homens e mulheres e confundindo identidades e categorias anteriormente estabelecidas.

Penso que, de um jeito “romântico” e perverso, muitas vezes, o nome dado a essas formas de disseminação do poder é: “criatividade”. Ficamos, inclusive, estarecidos com a capacidade humana quanto à criação de artefatos, imagens, códigos e signos que são facilmente incorporados pelos sujeitos, o que nos coloca “aparentemente” no jogo do capital.

Considerando que tudo é possível ser adquirido e consumido, os corpos – por meio do poder que sobre eles se exerce – tornam-se fortes alvos de intenso consumo e se metamorfoseiam em mercadorias por excelência. Em uma breve mirada, nas vitrinas dos *shoppings centers*, tanto os voltados para os economicamente favorecidos como nos “camelódromos”<sup>7</sup> das classes populares - locais privilegiados do consumo na modernidade tardia - é possível constatar tal afirmação. Produtos de beleza que reno-

vam e garantem a eterna juventude e uma adesão eurocêntrica da moda; roupas elaboradas exclusivamente para corpos magros e longilíneos e uma série de mercadorias que, ao serem consumidas, parecem garantir um lugar na vida social, em qualquer local do planeta, tendo em vista que tais tendências estão sob a influência direta da mundialização da economia. É possível branquear ou bronzear a pele; encrespar ou alisar os cabelos; trocar a cor dos olhos; afinar ou aumentar a silhueta corporal com as técnicas da cirurgia plástica; aumentar ou diminuir os seios, o pênis e desenvolver músculos com as modernas “bombas”<sup>8</sup>, entre outras possibilidades de intervenção direta nos corpos. Pelo efeito que empreendem nos sujeitos, é possível afirmar que o desejo de consumo de bens e produtos atinge a todos, independentemente de classe social.

Porém, esses fenômenos não se apresentam igualmente para homens e mulheres. Há diferenças marcantes ditadas pelas instituições que executam o poder e intervêm no mesmo, como a escola, as instituições de Educação Infantil, o Estado, a Igreja, a família e o próprio mercado. As mulheres, como alerta Bourdieu (1999), são tratadas como objetos ou como símbolos cujo sentido lhes está alheio e cuja função é manter o capital simbólico – especialmente a honra – em poder dos homens. Dessa forma, elas circulam como mercadorias de ínfimo valor no mercado de bens simbólicos; precisam estar sempre belas e magras, acompanhando a moda internacional, cumprindo também suas obrigações de mães e donas-de-casa paralelamente ao trabalho extra-doméstico que executam para melhorar o orçamento familiar ou para se sustentarem quando vivem sozinhas ou na companhia de seus/uas filhos/as pelos/as quais, geralmente, são as maiores ou únicas responsáveis.

Na afirmação de Bourdieu (1999), referindo-se às mulheres como objetos que circulam no mercado de bens simbólicos, parece haver uma certa fixidez quanto ao papel social das mesmas e, como consequência, quanto ao papel masculino, colocando um super valor ou peso na estrutura “masculina”, deixando de reconhecer a capacidade de reação e reflexão dos sujeitos. Caso contrário, perceberia que, na manutenção do capital simbólico, os homens também são afetados, especialmente, quando se trata de manter a virilidade como uma resposta do corpo às exigências da violência simbólica exercida sobre eles<sup>9</sup>. Manter a “honra” e garantir a virilidade têm um preço para os homens e as respostas às demandas do poder são produtos das relações sociais de gênero.

## 2 Compreendendo as visões de poder e de dominação

Em dois textos, um deles datado de 1998, produto de conferência proferida na Universidade da Califórnia, Berkeley, e outro de 1996, chamado *Novas reflexões sobre a dominação masculina*<sup>10</sup>, Bourdieu propõe-se a esclarecer e/ou rever alguns aspectos do seu clássico trabalho denominado *A dominação masculina* publicado em 1990<sup>11</sup>. Alguns anos mais tarde, em 1999, o autor revisa seu escrito original, cujo seu objetivo é “precisar, reforçar e corrigir minhas análises anteriores sobre o mesmo assunto”<sup>12</sup>, e publica um outro estudo que possui o mesmo título, agora em forma de livro, mais completo e ampliado.

Entre outros fatores, isso leva a crer que o tema estava bastante presente em suas pesquisas, embora, como levanta Piscitelli (1998), gênero não seja um conceito central na abordagem de Bourdieu. Além disso, contundentes críticas elaboradas à época por teóricas feministas marcam terminantemente o pensamento sempre dinâmico desse autor<sup>13</sup>, levando-o, inclusive, a reescrever o texto original algumas vezes e tendo, em diversas ocasiões, comentários “ácidos” a posições feministas, dirigidos à própria Michelle Perrot. Esse movimento, baseando-se em idéias que refletem disputas em torno de campos acadêmicos e de posições teóricas, energiza o debate sobre gênero, poder e dominação ao longo da década de 1990.

Em relação às críticas sofridas por Bourdieu, Miguel Vale de Almeida<sup>14</sup> comenta que as publicações sobre *A dominação masculina* representariam um momento mais ortodoxo do autor. Correa (1999) concorda com tal afirmação, mas destaca que o conceito de *habitus* utilizado como categoria central no texto relativiza, de certa forma, o conceito de dominação. Outras divergências são relacionadas à idéia da cultura mediterrânea, como hegemônica, universal e, ainda, à gênese da dominação masculina e dos binarismos que estruturam o modo de pensar ocidental.

Bourdieu (1999, p. 10) pergunta:

...nos deparamos com um novo paradoxo, capaz de obrigar a uma completa revolução na maneira de abordar o que já se tentou estudar sob forma de “a história das mulheres”: será que as invariáveis que se mantêm, acima de todas as mudanças visíveis da condição feminina, e que são ainda observadas nas relações de dominação entre os

sexos, não obrigam a tomar como objeto privilegiado os mecanismos e as instituições históricas que, no decurso da história, não cessaram de arrancar dessa mesma história tais invariáveis?

A partir dessa afirmação, lanço uma primeira inferência acerca de um possível diálogo entre Pierre Bourdieu e Michelle Perrot. Os pontos de vista diferenciados de um e outro talvez permitam-nos ampliar a idéia de “dominação”.<sup>15</sup> De um lado, Bourdieu preocupa-se com as estruturas invariantes que vão criando o *habitus*<sup>16</sup> – condição *sine qua non* da dominação como estratégia das instituições que ostentam o poder como aquelas já citadas acima. Porém, Perrot dá visibilidade ao movimento de contraposição ao poder (no singular) exercido pelas mulheres, muitas vezes, nas mesmas instituições, espaços e lugares acima referidos, mediante estratégias ligadas à vida cotidiana, as quais lhes conferem “poderes” (no plural) colocando ênfase em aspectos relacionais do convívio cotidiano.

Buscando incluir a mulher na “história da humanidade” escrita no masculino e focando, especialmente, o século XIX como um tempo de afirmação do “homem” como senhor do universo e do conhecimento, Michelle Perrot juntamente com Geneviève Fraisse sustentam que “seria errado pensar que essa época é apenas o tempo de uma longa dominação, de uma absoluta submissão das mulheres.” (FRAISSE; PERROT, 1991, p. 9). As autoras afirmam que este tempo é profícuo em relação à afirmação das mulheres como sujeitos da história, não só pelo nascimento do feminismo, mas porque é a partir deste momento que se impõe uma “reflexão acerca da maneira como os fatos e os relatos que os põem em cena foram agenciados. E isso poderia ser a contribuição específica da História das Mulheres para uma história geral”. (FRAISSE; PERROT, 1991, p.14, grifo das autoras).

Parece insuficiente para Pierre Bourdieu o argumento baseado nas alterações no processo histórico, do qual se serve Michelle Perrot para falar do papel das mulheres naquilo que concerne às mudanças políticas, econômicas e sociais quanto à condição feminina. Se o primeiro busca estudar a dominação masculina como uma estrutura invariável, necessariamente incorporada por ambos os sexos, embora com diferenças significativas face ao poder que se constitui como masculino, Perrot lança mão das evidências que vão se materializando pelas de ações femininas, o que vai modificando a correlação de forças em torno de tal poder. Portanto, se

para Bourdieu “elas” são dominadas pelo poder masculino, para Perrot este possibilita às mesmas a conquista de “poderes”, rejeitando veementemente a tese de que elas sejam universalmente dominadas.

É preciso, no entanto, compreender os processos de pesquisa e de desenvolvimento dos argumentos dos autores estudados.

Na Conferência do Prêmio Goffman, *A dominação masculina revisitada* (1998), Pierre Bourdieu explica três questões centrais de sua investigação: a intenção metodológica que tem como pressuposto elaborar as estruturas fundamentais do gênero a partir de um espaço particular, no caso, o mundo Cabila, que, a seu ver, é uma *quase-experiência* que estrutura as relações de gênero em várias culturas. A análise etnográfica organizada pelo autor sobre a Casa Cabila evidencia as múltiplas relações que se estabelecem entre as categorias de pensamento que são próprias desse povo, relativas a espaços sociais delimitados como a casa, a aldeia e o cosmos. Examinando os ambientes da casa, o autor identifica a topografia de homens e mulheres e essa experiência é o que seria peculiar a várias culturas. Pode-se afirmar que ambos são definidos como tal na relação entre si, porém há delimitações quanto ao que é ser homem e o que é ser mulher em cada sociedade.

Como segundo aspecto metodológico, Bourdieu pretende reelaborar alguns resultados a que chegou em sua pesquisa sobre a Cabília<sup>17</sup> e, por último, sugere implicações políticas e analíticas pertinentes à dominação masculina com base na *economia dos bens simbólicos*<sup>18</sup>, conceito caro a este autor. Apesar desta estrutura do texto se fazer presente no escrito apresentado na Conferência, é possível segui-la até mesmo em outros trabalhos sobre o mesmo assunto, embora com algumas pequenas alterações quanto ao conteúdo.

No que concerne às questões metodológicas, Bourdieu (1999) chama a atenção para um aspecto fundamental em qualquer análise da realidade e que interfere substantivamente no processo de pesquisa: a percepção de que ser homem ou mulher é *parte e parcela* do objeto que tentamos compreender. Analisar a dominação masculina implica, então, consciência de nossa condição de pesquisadores ou pesquisadoras, pois somos influenciados por estruturas sociais e cognitivas que revelam uma tradição masculina de pensar o poder e o conhecimento, aspectos que são interiorizados na forma de esquemas inconscientes de percepção e apropriação das estruturas históricas da lei masculina.

Concordando em parte com esse autor, Grossi (1992) afirma que o gênero de um autor ou autora interfere na forma de ver e interpretar o objeto de estudo e isso se evidencia muitas vezes quando dois/as pesquisadores/as, ao analisarem o mesmo fenômeno, chegam a conclusões diferenciadas. Poderíamos pensar que isso se deve somente ao fato de ambos possuírem diferentes teorias de base. No entanto, Grossi alerta para que se faça uma leitura do autor e sua obra, afirmando que a própria história do/a pesquisador/a interfere na sua maneira de ver o objeto. Ela avança em sua análise ao constatar que, no caso da Antropologia, há uma tendência explícita de busca do universal pelos homens em campo que pouco explicitaram questões sobre sua própria identidade de gênero ou mesmo sobre sua subjetividade. Enquanto isso, a auto-reflexão tem sido uma das ferramentas muito utilizadas pelas mulheres quando elaboram seus trabalhos de campo.<sup>19</sup>

Esse é um aspecto a ser considerado, mesmo que se faça crítica a qualquer visão essencialista sobre a “forma de ser homem ou mulher”, seja na condição de pesquisador ou pesquisadora, ou em qualquer outro âmbito da vida social. Tal premissa está incorporada neste estudo, porque, embora os dois autores escolhidos sejam considerados “cânones” em seus respectivos campos acadêmicos, podem ser influenciados por suas histórias de vida uma vez que introjetam e incorporam maneiras de ser homem ou mulher a partir de suas culturas. E, quanto a isso, não podemos esquecer que ambos são brancos, europeus e que viveram boa parte de sua existência na França. O próprio Bourdieu, em entrevista (1996) ao jornal *Le Monde*, afirma que na pesquisa em Ciências Sociais é preciso levar em conta que o cientista faz parte do objeto da ciência, ocupa um lugar na ciência. Por essa razão, o autor luta contra a ilusão do “intelectual sem raízes”.

Da mesma forma, o lugar ocupado por Michelle Perrot, no campo intelectual, está demarcado por uma visão de mundo própria de quem viveu também na França e foi influenciada pela historiografia lá produzida.<sup>20</sup> Chartier (1995) censura, por exemplo, a participação dessa autora na obra dirigida por ela e por Georges Duby denominada *História das mulheres*. Apesar de ter dado visibilidade à participação feminina na história, não há uma ruptura com a “tradicional” classificação de temporalidade em que os recortes cronológicos já estão determinados *a priori* e fartamente incorporados pelo campo. Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna são as clássicas compartimentações da história, di-

tada pelas fontes. Por conseguinte, a *História das mulheres* de Perrot e Duby não rompe com essa construção e a questão que fica é se não haveria a possibilidade de um outro recorte temporal pensado a partir das experiências consagradas às mulheres. Esse poderia ser um exemplo da incorporação do *habitus* proveniente do campo científico e de sua experiência singular no/a próprio/a pesquisador/a.

Avançando na discussão, Pierre Bourdieu utiliza-se em parte de Durkheim para quem toda e qualquer descrição das formas simbólicas de construção do mundo – desde sua gênese histórica, passando pela fabricação social dos corpos – origina-se num sistema do qual fazemos parte e no qual há uma tendência à perpetuação. Assim, o autor percebe que as mulheres, apesar de terem sofrido os efeitos da dominação, podem contribuir para a sua reprodução porque incorporam as regras de um poder que se alastrou como algo do masculino.

Para que a dominação simbólica funcione, é preciso que os dominados tenham incorporado as estruturas segundo as quais os dominantes percebem que a submissão não é um ato da consciência, suscetível de ser compreendido dentro de uma lógica das limitações ou dentro da lógica do consentimento, alternativa “cartesiana” que só existe quando a gente se situa dentro da lógica da consciência. (BOURDIEU, 1996, p. 36).

Nesse sentido, estudar um objeto como a dominação masculina, implica elaborar uma auto-análise das categorias inconscientes – masculinas obviamente – que são produto da mesma dominação sobre o pesquisador ou pesquisadora. Perceber isso permite que o/a cientista refaça ou desestabilize as categorias por ele/a incorporadas, tomando consciência dos efeitos da violência simbólica sobre ele/a<sup>21</sup> próprio/a. Esse exercício leva a que se repense algumas simplificações que todos/as fazemos nos campos pesquisados.

Utilizando-se da análise antropológica dos Cabila como instrumento metodológico, Bourdieu infere que “descrever as estruturas objetivas do universo social dos cabilas é, ao mesmo tempo, descrever as estruturas mentais do observador, ou seja, minhas próprias estruturas mentais como homem nascido na tradição cultural mediterrânea”. (BOURDIEU, 1998, p.15). A Cabília apresenta uma *cosmogonia-em-ação-masculina* que revela aspectos da tradição cultural européia e euro-americana.

O estudo etnológico da sociedade em questão – suas práticas rituais e mitos – aponta dados que estão bastante próximos a concepções encontradas na civilização mediterrânea, e que se apresentam de formas semelhantes em diversas sociedades. O autor refere-se à *cosmologia falonarcísica*, caracterizada na cultura cabila – que interfere sobremaneira em nosso inconsciente em todas as instâncias da vida social –, porque é paulatinamente inscrita nos corpos dos homens e das mulheres “sob formas distorcidas, parciais e mutiladas, ao preço de lacunas, discrepâncias, substituições e incoerências.” (BOURDIEU, 1998, p.16).

Na sociedade cabila as estruturas classificatórias organizam toda a visão de mundo e remetem, em última instância, a uma divisão sexual do trabalho. Os sistemas de classificação, as oposições fundamentais do pensamento: masculino/feminino, leste/oeste, norte/sul, teoria/prática são categorias políticas que evidenciam aspectos da dominação simbólica e de uma estrutura *falonarcísica*. Para o autor, isso seria comum a todas as sociedades mediterrâneas, sobrevivendo até o momento atual forma fragmentada, mas introjetada nas estruturas cognitivas e sociais.

Bourdieu justifica, então, a busca da “desnaturalização” do poder masculino a partir da etnologia de uma sociedade “exótica”, como um meio de romper com a tradição que engana a todos, de um masculino que possui um “natural poder”. Essa prática não é instituída a partir do falo ou de sua falta, mas de uma visão do mundo pautada na divisão entre os gêneros na qual o falo representa o símbolo da virilidade, ponto de honra (*nif*) especificamente masculino. Dessa forma, a partir de todo um sistema simbólico que se constrói tendo como base o falo, fundamentam-se as diferenças hierarquizadas entre homens e mulheres.

Uma das certezas de Bourdieu, concluída a partir da “Casa Cabila”, diz respeito à oposição masculino/feminino que está inserida num sistema de oposições, homólogas que se reforçam mutuamente. Todas as outras oposições como alto/baixo, frente/atrás, esquerda/direita, reto/torcido, duro/mole, dentro/fora, seco/molhado, entre outras, são confirmadas pela natureza das coisas como oposições geográficas, ciclos biológicos, agrários ou cósmicos.

A divisão dos gêneros inscrita na ordem social das coisas, a divisão dos dias, do calendário de atividades rurais, de espaço, bem como a oposição entre a casa e a assembléia, todas as *divisões objetivas* se vêem inscritas nos corpos, na forma de disposições e se tornam *princípios subjetivos de visão*, categorias cognitivas através das quais os

indivíduos vêm e constroem o mundo como realidade significativa, viva. Tendo se originado do mundo, tais esquemas de percepção estão de acordo com a ordem objetiva das coisas e nos inclinam a tomar o mundo como dado. Essa concordância espontânea entre as estruturas sociais e as estruturas cognitivas – quando ocorre – é a base da *experiência dóxica da dominação masculina* como inscrita na natureza das coisas, invisível, não questionada. (BOURDIEU, 1998, p.18).

Faz sentido pensar mais profundamente em algumas colocações de Bourdieu quando afirma que, nas sociedades por nós conhecidas, a ordem masculina impõe-se como uma evidência natural, não precisa justificar-se e parece ser até mesmo universal<sup>22</sup>. Questiono se podemos tomar como universais as estruturas encontradas no mundo Cabila e estendê-las para toda a cultura ocidental. De fato, a ordem masculina encontra respaldo nas instituições como a escola, por exemplo, e é perceptível por nós educadores/as que todo o sistema educacional exerce uma função indispensável na incorporação das diferenças sexuais como produto de uma certa hierarquia masculina. Porém, tais estruturas ao serem incorporadas são modificadas pelas experiências vividas coletivamente pelos sujeitos, não são meramente aceitas e reproduzidas.

Embora o autor enuncie que “a educação elementar tende a inculcar maneiras de postar todo o corpo... a maneira de andar, de erguer a cabeça ou os olhos, de olhar de frente, nos olhos, ou, pelo contrário, abaixá-los para os pés etc...” (BOURDIEU, 1999, p.38), penso que o corpo não é uma máquina passiva programada que se ajusta a comandos estruturalmente determinados. Embora reconheçamos os “esforços” que os ambientes educacionais empreendem para moldar e disciplinar os corpos a padrões socialmente “aceitáveis”, a escola possibilita conhecimentos e saberes que, extrapolando a dimensão meramente cognitiva, ensinam sobre relações e interações envolvendo outras dimensões do humano.

Também acerca dos aspectos educacionais, Bourdieu constata que, nos processos de socialização, os ritos marcam as diferenças entre os que participam ou não participam e a forma como o fazem. A experiência de meninos e meninas na Educação Infantil pode ser considerada um rito de passagem contemporâneo que antecipa a escolarização, através do qual se produzem marcas nos corpos das

crianças. As classificações calmo/agitado, obediente/irreverente, dócil/perigoso, coordenado/descoordenado são bastante claras partindo da participação de meninos e meninas em rituais na Educação Infantil.

Além disso, a construção do corpo biológico configura-se como uma reconstituição simbólica de diferenças anatômicas, pois os esquemas que organizam a percepção dos órgãos e das funções sexuais se aplicam ao próprio corpo tanto o masculino como o feminino. Há diferenças que demarcam as funções e partes dos corpos.

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 1999, p.17).

O autor em questão insiste em que há uma divisão sexual quanto às visões do corpo no público e no privado. A primeira visão, mais aberta e/ou abrangente correlata ao masculino, e, a segunda, mais restritiva e limitadora pertencente ao feminino. Na escola, por exemplo, isso é bastante evidente: os espaços amplos, externos, são dominados pelos meninos, enquanto que, na periferia ou nos cantos, encontramos as meninas<sup>23</sup>. Também as formas de olhar, expressar, falar, demonstram uma divisão sexual que vai sendo paulatinamente somatizada a partir das relações de dominação de gênero.

Bourdieu exemplifica essas constatações pelo modo como o falo está sempre presente na vida social, mesmo que de maneira metafórica. O intumescimento é um elemento presente sempre que o poder masculino deve ser exercido e, no ato sexual, é representado pelo homem em cima e a mulher em baixo, sendo esse o desenho conhecido e tomado como o “modelo normal”<sup>24</sup>. Assim, a mulher é “possuída” pelo homem porque a parte superior é móvel e a inferior imóvel, mas também porque o homem penetra e a mulher é penetrada. Dessa maneira, o ato sexual é mais um indício da relação social de dominação, pois ela existe, tendo como princípio um masculino - ativo - e um feminino - passivo-, além de uma hierarquia em relação às posições do ato: o homem está em cima e assim simbolicamente representa o dominante e a mulher está em baixo e, portanto, seria dominada.

Quanto a aspectos ligados ao ato sexual como representação, Bourdieu, baseado em alguns textos de MacKinnon, ressalta que, inclusive, a simulação do orgasmo – algo possível às mulheres – é uma prova da dominação masculina. Como se espera do homem viril que ele possibilite o gozo feminino, tal simulação é colocada como uma expressão da virilidade masculina e da submissão feminina. Em semelhante linha de pensamento, essas situações são vividas pelas mulheres de maneira muitas vezes irrefletida. A “naturalização” dos aspectos que nutrem a vida cotidiana e o mundo social atinge de maneira impactante o feminino. Bourdieu (1998, p. 22) afirma que

sempre que os dominados – nesse caso, as mulheres – apliquem a objetos do mundo natural e social – e, em particular, à relação de dominação em que forem pegos, bem como às pessoas através das quais essa relação se realiza (homens, mas também outras mulheres), esquemas não-pensados de pensamento, que são o produto da corporificação dessa relação de poder, seus atos de cognição serão inevitavelmente atos de mau reconhecimento.

Nessa perspectiva, a construção social baseada na crença de que os órgãos reprodutores femininos são formações invertidas dos órgãos reprodutores masculinos – sendo esses últimos tomados como a norma – torna-se compreensível porque até o Renascimento não havia denominação específica para determinados órgãos femininos. Como Laqueur (2001) descreve, a vagina é o inverso, o negativo do pênis quando se toma como verdade o modelo de sexo único para o qual o corpo masculino é o padrão, a norma. Para tal autor, é o gênero que vai dando sentido ao sexo, pois são as construções culturalmente elaboradas sobre a diferença que produzem o conhecimento e as representações sobre o mesmo.

No esquema teórico de Bourdieu, a dominação de gênero mostra que

a violência simbólica se dá por meio de um ato de cognição e de mau reconhecimento que fica além – ou aquém – do controle da consciência e da vontade, nas trevas dos esquemas de *habitus* que são ao mesmo tempo gerados e generantes. (BOURDIEU, 1998, p.23).

O modo como concebemos o corpo é estruturado por suas construções sociais. Elas são tão fortemente incorporadas que nossa consciência tende a gerar outras construções ao mesmo tempo em que tem sua origem em construtos anteriores a nossa experiência prática.

Entretanto, para o autor, há um espaço determinado à luta política que se dá mediante as *lutas cognitivas*, que é a forma mais profunda de resistência acerca da divisão sexual entre homens e mulheres. Para tal, é preciso dar sentido à violência simbólica o que leva à aceção de que os homens e as mulheres possuem um limite de interferência no mundo que é circunscrito pelas condições e mecanismos de construção objetiva de suas trajetórias. O Estado, a Igreja, a família, a escola são, de fato, instituições construtoras de categorias restritivas à ação humana. Da mesma forma, a masculinidade está inscrita tanto nas instituições quanto nos corpos de homens e mulheres, como *habitus*. “A visão androcêntrica do mundo é o senso comum de nosso mundo porque é imanente ao sistema de categorias de *todos* os agentes, inclusive as mulheres (e, portanto, as teóricas feministas).” (BOURDIEU, 1998, p.23, grifo do autor).

Como contraponto a isso, o próprio autor menciona que a sociologia da dominação masculina deve abarcar uma análise materialista da ordem simbólica, que aprofunde a assimetria entre homens e mulheres que se institui e é instituinte das relações de produção e reprodução do capital simbólico. Ou seja, as análises materialistas que explicam as diferenças entre homens e mulheres, por meio das relações de produção, e os estudos que se propõem a elaborar uma análise unicamente a partir do sistema simbólico, seriam insuficientes para qualquer transformação. A construção social que afirma que os corpos – masculinos e femininos – são construções diametralmente opostas umas às outras, isto é, o masculino é algo não feminino e o feminino é algo não masculino, os quais são reforçados pelos ritos de instituição<sup>25</sup> desencoraja toda e qualquer aproximação no campo político de um gênero ao outro. Observa-se aí, além de uma crítica contundente às Ciências Biomédicas, também um questionamento à Psicologia e à Psicanálise porque algumas de suas teorias reforçam a visão de mulher baseada na “falta” em relação ao homem considerado “completo”.

No entanto, há ainda outros aspectos contraditórios em relação à dominação masculina, e Bourdieu destaca-os quando desenvolve a idéia de que os privilégios masculinos encontram uma contrapartida. Há tensão e contenção permanentes, porque tais vantagens impõem aos homens o dever de afirmar sua masculinidade/virilidade a todo momento, o que passa a ser uma carga. A virilidade, para este autor, “é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros ho-

mens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo.” (BOURDIEU, 1999, p.67, grifo do autor). Uma pergunta que surge é por que o medo do feminino? A virilidade não seria igualmente uma noção construída a partir de um tipo de violência que imprime em homens e mulheres a incorporação da ideologia baseada no herói ou semi-deus?

Se a virilidade é uma carga a ser cumprida pelos homens e algo que lhes confere poder, desde o século XIX, as “tarefas” domésticas que são imputadas às mulheres também evidenciam outras relações de poder. A administração do orçamento doméstico, a circulação nos espaços da cidade, objetivando as idas ao mercado para compra de mercadorias, e a utilização dos lavadouros, são ações importantes de intervenção onde o corpo feminino circula, movimenta e se aproxima de outros/as iguais/diferentes em espaços sociais diversos. Isso traz reflexos à idéia de participação pública, diluindo em muito a clássica dicotomia público/privado.

A circulação das mulheres na história apresenta desdobramentos no momento atual e é preciso desenvolver mais bem tal abordagem e isso encontramos em Michelle Perrot.

A fim de elaborar um arcabouço metodológico para suas pesquisas, Michelle Perrot critica as concepções tradicionais da história econômica e social que privilegiaram o homem público, o herói como único ator da história. O privado precisaria deixar de ser “uma zona maldita, proibida e obscura: o local de nossas delícias e servidões, de nossos conflitos e sonhos...” (PERROT, 1991, p. 9). O avanço sem fronteiras dos estados totalitários nos últimos dois séculos levou alguns teóricos, entre eles/as Michelle Perrot, a refletirem sobre os mecanismos de poder e resistência que se desenvolviam em pequenos grupos e nos indivíduos e que possibilitaram barreiras eficazes ao controle autoritário, ao crescimento de um poder “teoricamente” masculino.

Era necessário, portanto, entender historicamente os complexos fenômenos e as interrogações que norteavam o público e o privado, o coletivo e o individual, o masculino e o feminino. O uso de fontes diversas como a história oral, a iconografia, os diários, os romances, os aspectos da vida cotidiana e a micro-história possibilitaram à autora avançar no estudo dos aspectos ligados ao papel histórico e à intervenção das mulheres na vida social.

Baseada nos estudos de Susan Rogers, Perrot insiste na existência dos

poderes informais das mulheres que controlam *de fato* a parte mais importante dos recursos e das decisões; nessas condições, a perpetuação do “mito” do poder masculino serve aos interesses dos dois “gêneros”; por trás da ficção desse poder, as mulheres podem desenvolver à vontade suas próprias estratégias. (PERROT, 2001a, p.171, grifo da autora).

Essa é uma das interpretações possíveis que dizem respeito à submissão e/ou resistência das mulheres ao poder masculino. A descrição de Michelle Perrot sobre a ocupação de alguns espaços pelas mulheres relativiza a noção de poder conferida por Bourdieu quando infere que “a análise do poder das mulheres também é um jogo de poder.” (PERROT, 1991, p.172). Por essa razão, talvez faça sentido retornar ao debate apontado na parte inicial deste texto, onde se lia que o autor é parte de sua obra, e agora perguntar: reforçar a dominação masculina em contraposição a não visibilidade dos poderes femininos é uma forma de “manter” o poder na mão dos “dominantes”? Quando analisa a dominação masculina e percebe os aspectos da violência simbólica sobre as mulheres, Bourdieu estaria percebendo-a a partir de sua experiência também masculina, é claro, fortemente influenciado pela “cultura mediterrânea”? Como questiona Correa (1999), não estaria o autor contaminado pela “visão masculina” que ele próprio denuncia ou pelo “inconsciente masculino” que é, de certa forma, o nosso “inconsciente cultural”? Caberia um exercício mais profundo de auto-análise que o próprio Bourdieu afirma ser necessário na pesquisa sociológica?

Como se explicariam estas questões: se a violência simbólica é incorporada como *habitus* – mais ou menos fixo – em homens e mulheres, como estas vão ocupando espaços e resistindo às formas de dominação masculina? Como analisar tantos avanços, inclusive, nas instituições que negavam a presença feminina como a escola e a universidade? Pergunto isso porque se as mulheres eram “vítimas” das condições objetivas de sua época, assim como descreve a história tradicional, clássica, e situando o século XIX como “o século do homem”, como se justificaria um intenso movimento como o feminismo por elas implementado que culmina em radicais transformações na sociedade<sup>26</sup>?

Também evocando as constantes mudanças no modo de vida em diferentes contextos sociais, como explicar a dimensão do público - como lugar reservado ao masculino - e do privado - como lugar do feminino? Tal dicotomia se sustenta nas ações práticas da vida cotidiana? Nos ambientes educacionais, como estas questões se configuram?

Perrot (2001a, p. 180) afirma que “nem todo público é o político, nem todo público é masculino... nem todo privado é feminino.” Ou seja, há interfaces e fronteiras entre o masculino e o feminino e os espaços não são estanques. Da mesma forma, as ações e intervenções. No texto *Sair*, a autora enumera uma série de espaços ocupados pelas mulheres, como sua negação à assunção de papéis atribuídos a elas e que delimitavam uma moral específica ao gênero, assim como a circulação em espaços que alargaram a sua influência no contexto social.

os homens do século XIX europeu tentaram, efectivamente, conter o poder crescente das mulheres – tão fortemente sentido na época do Iluminismo e nas Revoluções, cujas infelicidades se lhes atribuíram facilmente – não só fechando-as em casa e excluindo-as de certos domínios de actividade – a criação literária e artística, a produção industrial e as trocas, a política e a história – mas, mais ainda, canalizando-lhe as energias para o doméstico revalorizado ou, mesmo, para o social domesticado. (PERROT, 1991, p.503).

Mesmo assim, “as mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar a sua influência até as portas do poder”, salienta a mesma autora (PERROT, 1991, p.503).

Soihet (1998, p. 85), baseando-se em estudos da obra de Roger Chartier, afirma que, mesmo pensando a dominação masculina a partir do peso do aspecto simbólico, existem explicitamente formas de ação que resistem à importância do sistema e fissuram, causam rupturas no poder dominante. Isso significa que “a aceitação pelas mulheres de determinados cânones não significa, apenas, vagarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permita deslocar ou subverter a relação de dominação.” Segundo a autora, a resistência ou as fissuras na dominação masculina nem sempre aparecem no discurso ou são explicitadas de forma clara e objetiva.

Elas nascem no interior do consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação é reempregada para marcar uma resistência. Assim, definir os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade significa entendê-los como uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina contra o seu próprio dominador. A noção de resistência torna-se, dessa forma, fundamental nas abordagens sobre as mulheres. (SOIHET,1998, p.85).

Nas formulações elaboradas por Michelle Perrot, há um alerta para a capacidade de “resistência” à dominação e ao poder patriarcal. Isso se verifica porque as mulheres vêm, de fato, conquistando espaços de participação social e política e lutando pela igualdade de direitos, a despeito de ainda persistirem vários vestígios de incorporação da violência simbólica. Possivelmente, o que permite lançar um outro olhar sobre o tema seja o recurso teórico-metodológico empreendido por Perrot que dá sentido à vida cotidiana, aos papéis informais, como situações inovadoras ou não tão “clássicas”, conforme a pesquisa acadêmica.

O aprendizado em torno das abordagens teórico-metodológicas aqui estudadas permite pensar que masculino e feminino não são construções que se opõem, mas que apresentam hierarquias em relação ao poder. Sendo assim, o foco da análise poderia ser deslocado de uma posição onde se pesquisa sobre a mulher dominada para grupos, contextos, instituições nos quais homens e mulheres que, ao se relacionarem, produzem/reproduzem formas específicas e/ou inovadoras de relação que podem interferir diretamente em contextos sociais mais amplos. Essa forma de analisar o tema permite pensar a dominação em sua complexidade e não mais de maneira linear na qual o pólo dominante exerce seu poder sobre o dominado (MEYER, 1996).

Da mesma forma creio que os dois autores estudados, longe de serem antagônicos, como poderiam concluir alguns e, a despeito das divergências, são complementares em suas abordagens quando se pretende aprofundar os estudos acerca dos papéis que os ambientes educacionais exercem sobre os sujeitos e o mundo social. De um lado, porque a história da vida cotidiana e as pesquisas que enfocam o “informal” permitem reconhecer elementos que não estão colocados na abordagem “macro” que dá sentido às estruturas. De outro lado, as abordagens “micro” precisam

ser analisadas à luz daquilo que pode distinguir aspectos universais de um determinado objeto a fim de não nos isolarmos nos particularismos.

### 3 Considerações Finais

Para finalizar, e nesse aparente descompasso, há um aspecto importante a ser considerado e mais aprofundado nas pesquisas educacionais. Ele diz respeito à incorporação – que acredito não ser algo irrefletido – por educadores e educadoras de aspectos da violência física e/ou simbólica que são constantemente evidenciados no cotidiano educacional, pela reprodução de formas de controle e dominação de professores/as sobre alunos/as. Muitas vezes idêntico controle é exercido a partir dos sistemas e das políticas sobre professores/as. Aliados da participação política, os/as docentes desempenham, em diversas oportunidades, a mesma violência, vitimando alunos/as em face da desvalorização da profissão, de suas condições de vida e da carência de acesso aos bens culturais e simbólicos. Mas, essas não são práticas mecânicas, corriqueiras e puramente irrefletidas. Conquanto evidenciem a incorporação de *habitus*, elas engendram em si um poder de mudança, conforme nos ensina Michelle Perrot.

A “luta política” reforçada por Pierre Bourdieu e os “poderes” conquistados, pó meio da resistência, pelas mulheres, tão claramente evidenciados na obra de Michelle Perrot, demandam construções cognitivas que poderiam direcionar-se para o enfrentamento de toda e qualquer forma de dominação ou hierarquia também no âmbito da escola.

Na educação, embora muitos avanços sejam percebidos em relação ao número de crianças e jovens que freqüentam os ambientes educacionais, sabemos que uma visão mais microscópica desse contingente permite dar visibilidade às relações conservadoras e sexistas existentes em seu interior. Assim, como produto da violência, tentam excluir todos os sujeitos que não conseguem se “enquadrar” nos padrões de normalidade socialmente impostos e os corpos são constantemente demarcados por esses enquadramentos. Diferentes identidades são solapadas e iniciativas são desestimuladas. É preciso estar atento/a, pois, às dinâmicas de poder que se inscrevem nos processos sociais e das quais professores/e alunos/as tomam parte e podem intervir no plano político.

As evidências têm demonstrado que surgem com os Estudos de Gênero outras e novas formas de pensar a cultura, a linguagem, a arte e o conhe-

cimento (LAURETIS, 1994). Isso ocorre porque a visibilidade dada às mulheres e suas feminilidades e aos homens e suas masculinidades na produção do conhecimento redefine o político, amplia seus limites e transforma sentidos anteriormente essencializados como aqueles construídos sobre o corpo, o público e o privado, o homem e a mulher, a escola e a docência.

Se o “pessoal é político”, conforme enuncia a agenda do movimento feminista de que Michelle Perrot é partidária, podemos investir na sua recíproca, pois “o político também é pessoal”. Essa é uma forma diferente de ver as relações e as experiências dos sujeitos – homens e mulheres - que não são apenas construídos no e pelo social, mas são constituintes desse social. Desse modo, se a “natureza” não é destino, resta muita coisa para ser feita no sentido de abalar as desigualdades ainda existentes. Nesse momento, Pierre Bourdieu compartilha dessa luta quando afirma que a “sociologia é um esporte de combate”<sup>27</sup>, capaz de desestruturar as crenças incorporadas pelo/as próprio/as pesquisador/as, professor/as, alunos/as...

Desmistificar todas as formas de opressão e violência vigentes no mundo atual, sejam elas determinadas pelas diferenças de classe, de gênero, de raça ou de geração, pode indicar maneiras mais democráticas de pensar os ambientes educacionais e o nosso papel de educadores/as. Desta forma, corpo, poder e dominação podem ser categorias constantemente discutidas e colocadas à prova nesses ambientes apontando a possibilidade de criarmos relações igualitárias no cotidiano das instituições educacionais, desde a Educação Infantil até a Universidade.

## Notas

- 1 Uma versão preliminar deste trabalho foi elaborada como conclusão da primeira etapa do Seminário “Teoria e Educação” coordenado pela Profª. Maria Luiza Belloni junto ao PPGE/UFSC.
- 2 Penso que de maneira imbricada e profundamente articulada junto à distinção de sexo também está presente a distinção de classe e raça. Algumas pesquisas feministas têm mostrado que se constitui um esforço inútil tentar localizar seus graus de importância ou emergência. Gênero pressupõe classe, raça e geração como categorias que se entrelaçam.

- 3 Essa é uma distinção que faz Izquierdo (1994) e que é passível de questionamentos, face à naturalização que impõe à vida reprodutiva e à dimensão do público e do privado.
- 4 Utilizo a expressão “ambientes educacionais” a partir de Alexandre Fernandez Vaz, o qual se refere às escolas e instituições de atendimento à infância, como as creches e pré-escolas. O autor pretende “destacar a amplitude desses ambientes, entrecruzados por uma série de vetores que fogem aos olhares limitados às relações mais imediatas entre os sujeitos/atores e os espaços que compõem as instituições.” (VAZ, 2002, p.86).
- 5 Bourdieu (1995; 1996; 1998; 1999).
- 6 Perrot (1991, 2001a, 2001b, 2001c) e Duby e Perrot (1991).
- 7 Lugar onde se reúnem os camelôs. Denominação popular utilizada para designar espaços de intenso comércio geralmente de produtos importados de países asiáticos de baixa qualidade e baixo custo. Vale registrar que são conhecidas as condições de exploração de mão-de-obra em que tais produtos são fabricados e que os proprietários dos meios de produção recorrem, inclusive, ao trabalho escravo de mulheres e crianças.
- 8 Linguagem utilizada pelos adeptos ao uso de esteróides anabolizantes.
- 9 Embora não pretenda desenvolver o tema aqui, é importante nomear alguns autores que vêm estudando tal temática. No Brasil, Benedito Medrado, Pedro Paulo Martins de Oliveira, entre outros. Robert Connel, Miguel Vale do Almeida e Michael Kimmel, Elizabeth Badinter e Julian Pitt Rivers no exterior.
- 10 As datas referem-se à edição no Brasil.
- 11 Este texto está traduzido e publicado na Revista *Educação e Realidade* v.20, n.2, 1995, da Faculdade de Educação da UFRGS. Na França, a edição é de 1990.
- 12 Tal afirmação aparece em uma nota introdutória ao livro *A dominação masculina* datado de 1999, com o título de *A eternização do arbitrário* (s.p.)

- 13 Muito embora Bourdieu não admita que suas sucessivas reelaborações no texto original sejam, de algum modo, produto das críticas feministas, em um dos seus escritos ele afirma “como se pode ver neste texto, retomo a Etnologia. Alguém disse que eu tinha mudado muito sob a influência da crítica feminista. Para mostrar que isto não é verdade, eu poderia ler textos mais antigos.” (BOURDIEU, 1996, p. 28).
- 14 Miguel Vale de Almeida tece tal comentário em Piscitelli e Correa (1998).
- 15 Para esclarecer a distinção entre poder e dominação lanço mão de uma reflexão de Thompson quando afirma que “em um sentido mais geral, ‘poder’ é a capacidade de agir na busca de seus próprios objetivos e interesses: um indivíduo tem poder de agir, poder de intervir em uma seqüência de eventos e alterar seu curso. Assim, a capacidade de agir na busca de seus próprios objetivos e interesses depende da posição do indivíduo dentro de um campo ou instituição. ‘Poder’, analisado ao nível de um campo ou instituição, é a capacidade que possibilita ou capacita alguns indivíduos a tomarem decisões, perseguirem certos fins ou realizarem interesses (...) Quando relações de poder estabelecidas são sistematicamente assimétricas, então a situação pode ser descrita como de dominação (THOMPSON, 1994, p.75).
- 16 *Habitus* é um conceito desenvolvido por Bourdieu que já havia sido anteriormente trabalhado por Hegel, Husserl, Weber, Durkheim e Mauss. Bourdieu afirma *o habitus* como esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias adquiridas através da experiência durável de uma posição no mundo social. *O habitus* “é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, exprimem a posição social em que foi construído.” Em um texto bastante recente, Maria da Graça Setton analisa o conceito de *habitus*, fazendo uma leitura contemporânea do mesmo. Ela afirma que tal conceito é “um instrumento conceitual que (...) auxilia pensar a relação, a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos... embora seja visto como um sistema engen-

drado no passado e orientando para uma ação no presente, ainda é um sistema em constante reformulação.” (BOURDIEU apud SETTON, 2002, p. 60-69).

- 17 A Cabília constituía uma sociedade camponesa cuja origem, os Kabiles, era uma tribo integrante dos povos bérberes que ocupavam as montanhas Atlas localizadas ao norte da África. A pesquisa de Bourdieu junto ao povo da Cabília, entre 1950 e 1960, rendeu inúmeras elaborações e reelaborações dada a extensão do trabalho e o tempo a que se dedicou na compreensão da forma de pensar e na estrutura cultural desse povo.
- 18 A economia dos bens simbólicos é uma categoria que está relacionada ao capital simbólico. Ela significa autoridade, legitimidade e prestígio sociais conferidos a quem possui capital econômico, social ou cultural.
- 19 Bourdieu em *Coisas ditas* (1997), assim como o faz em outros textos, explora a auto-reflexão ou auto-análise como uma das condições de desenvolvimento do pensamento, especialmente na Sociologia. O autor alega que tal disciplina pode se transformar numa *arma* ou num *instrumento de defesa* e a auto-análise, nesse caso, pode ser um instrumento de vigilância. Já em *As contradições da herança* quando analisa a ordem das sucessões ou a gestão entre pais e filhos a fim de compreender as trajetórias escolares, Bourdieu elabora um texto que é simultaneamente analítico e auto-reflexivo para o/a leitor/a.
- 20 Em entrevista à Sheila Schvarzman (1995), Michelle Perrot discute sua trajetória de vida e acadêmica com a entrevistadora.
- 21 Como violência simbólica Bourdieu concebe: “a adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais do que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc) resultam da incorporação de classificações assim naturalizadas, de que seu ser social é produto.” (BOURDIEU, 1999, p.47).

- 22 Talvez por sua formação na etnologia, Bourdieu rechace, em alguns trabalhos, a idéia de busca de normas universais. Ele propõe colocar em jogo ou em dúvida os interesses daqueles que buscam veementemente os “universais”. No entanto, sabemos que, no processo de formular as idéias, os autores e autoras vivem momentos que se diferenciam/complementam. No caso do autor estudado, talvez tenha sido mais influenciado pelo estruturalismo em alguns momentos do que em outros.
- 23 A Monografia de Conclusão de Curso de Schmitz (2001) denominada *Brincar de casinha não significa somente arrumar as panelinhas: gênero e sexualidade na Educação Infantil*, demonstrou isso nitidamente. Ao observar crianças de dois anos e meio a quatro anos no parque da creche, foi perceptível os meninos brincando no espaço central, com movimentos rápidos e muito ágeis, enquanto as meninas ocupavam os cantos do parque e brincavam com objetos ditos do mundo feminino e circunscritos à casa.
- 24 Bourdieu (1999) desenvolve esta idéia da posição “normal” durante o ato sexual que, entre os Cabila, se justifica no mito da origem. O ato sexual também é descrito como uma relação de dominação porque as práticas não são simétricas. Uma das razões para tal é o fato de que os homens pensam a relação sexual como uma relação de posse, enquanto as mulheres pensam do ponto de vista dos afetos. Sobre este tema, há um interessante livro de Giddens (1993).
- 25 Bourdieu (1999) substitui os ritos de passagem por ritos de instituição porque entende que os primeiros se institucionalizam de alguma forma para não perder sua força numa determinada cultura. A “passagem” é o que menos conta para o ritual, o mais importante é a diferenciação simbólica entre o antes e o depois. O rito não faz passar, mas institui, sanciona uma nova ordem. Portanto, o rito de instituição não elimina o rito de passagem que necessita de uma instância, de uma autoridade superior que o legitime.
- 26 Na Europa, é somente no século XIX que as mulheres conquistam o direito de frequentar a universidade. Uma longa argüição sobre essa conquista está em Schibienger (2001) e um panorama mais

nítido sobre as mulheres na educação no Brasil é possível encontrar em Rosemberg (2001).

- 27 Abordagem enunciada em vários momentos por Pierre Bourdieu e que deu origem ao filme *La Sociologie est un sport de combat* dirigido por Carles. (2001).

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1997.
- \_\_\_\_\_. Conferência do prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada. In: LINS, Daniel (Org.). *A dominação masculina revisitada*. Campinas (SP): [s.n.], 1998. p.11-28.
- \_\_\_\_\_. A dominação masculina. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v.2, n. 20, p 133-184, jul./dez. 1995.
- \_\_\_\_\_. *A Dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.
- \_\_\_\_\_. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, Marta; MEYER, Dagmar; WALDOW, Vera (Orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 28-40.
- CHARTIER, Roger. *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica)*. *Cadernos Pagu*, Campinas (SP), n. 4, p. 37-47, 1995.
- CORRÊA, Mariza. Bourdieu e o sexo da dominação. *Novos Estudos Cebrap*, n. 54, p. 43-54, jul. 1999.
- DUBY, George; PERROT, Michelle (Orgs.). *História das mulheres: o século XIX*. Lisboa: Afrontamento, 1991.
- ENTREVISTAS do jornal *Le Monde*: Pierre Bourdieu, São Paulo: Ática, 1996. p. 86-97.
- FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Ordens e liberdades. In: DUBY, George; PERROT, Michelle (Orgs.). *História das mulheres: o século XIX*. Portugal: Afrontamento, 1991. p. 10-15.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Unesp, 1993.
- GROSSI, Miriam. Na busca do “outro” encontra-se a si mesmo. In: GROSSI, Miriam (Org.). *Trabalho de campo e subjetividade*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992. p.7-18.
- IZQUIERDO, Maria Jesús. Uso y abuso del concepto de gênero. In: VILANOVA, Mercedes (Comp.). *Pensar las diferencias*. Barcelona: Universitat de Barcelona/Institut Català de la Dona, 1994, p. 30-53.

- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- LAURETIS, Tereza. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- MEYER, Dagmar. Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica. In: LOPES, Marta; MEYER, Dagmar; WALDOV, Vera. *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artmed, 1996, p. 41-54.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001 a. p.167-234.
- \_\_\_\_\_. Introdução à história da vida privada. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Orgs.). *História da vida privada*. São Paulo: Cia das Letras, 2001b. v. 4, p. 9-14.
- \_\_\_\_\_. Sair. In: DUBY, George; PERROT, Michelle. (Orgs.). *História das mulheres: o século XIX*. Lisboa: Afrontamento, 1991. p. 503-540.
- \_\_\_\_\_. Figuras e papéis. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Orgs.). *História da vida privada*. São Paulo: Cia das Letras, 2001c. v. 4, p.121-186.
- PISCITELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. *Cadernos Pagu*, Campinas (SP), n.11, p. 141-156, 1998.
- PISCITELLI, Adriana; CORREA, Mariza. Flores do colonialismo: masculinidades numa perspectiva antropológica. *Cadernos Pagu*, Campinas (SP), n.11, p. 201-229, 1998.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 515-540, 2001.
- SCHVARZMAN, Sheila. Entrevista com Michelle Perrot. *Cadernos Pagu*, Campinas (SP),n. 4, p. 29-36, 1995.
- SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru (SP): EDUSC, 2001.
- SCHIMITZ, Roselei. *Brincar de casinha não significa somente arrumar as panelinhas: gênero e sexualidade na educação infantil*. Trabalho de Conclusão de Curso de Educação Física (Graduação) - Centro de Desportos da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SETTON, Maria da Graça. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, n. 20, maio/ago., p. 60-69, 2002.

SOIHET, Rachel. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas (SP), n.11, p. 89-98, 1998.

THOMPSON, John. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1994.

VAZ, Alexandre Fernandez. Ensino e formação de professores e professoras no campo das práticas corporais. In: VAZ, Alexandre Fernandez; SAYÃO, Deborah; PINTO, Fábio (Orgs.). *Educação do corpo e formação de professores: reflexões sobre a prática de ensino de Educação Física*. Florianópolis: Ed. da UFSC/INEP, 2002, p. 85-107.

*Body, power and domination: a dialogue Between Michelle Perrot and Pierre Bourdieu*

**Abstract**

*This text aims to establish a dialogue between the work of Michelle Perrot and Pierre Bourdieu focusing on three topics that can be found in their analysis: body, power and domination. Though conscious of the theoretical and methodological differences that shape Perrot's and Bourdieu's researches, it is possible to take both of them as a starting point to think education, schooling, and the role they play in contemporary life. The main objective of the text is to systematize arguments that can reveal the differences, hierarchies and violence that frame the relations of gender in various contexts of social life. In order to introduce the dialogue between the two authors I sought assistance in Gender Studies as well as in some approaches to the Feminist Theory.*

*Key words: Bourdieu, Pierre, 1930 - Criticism and interpretation; gender - Relations; Perrot, Michelle - Criticism and interpretation; Power (social sciences); Man-woman relationships*

*Cuerpo, poder y dominación: un dialogo con Michelle Perrot Y Pierre Bordieu*

**Resumen**

*Este texto pretende, a partir de la lectura de algunas obras de Michelle Perrot y de Pierre Bourdieu, establecer un dialogo entre los autores y esta autora, buscando focalizar tres temáticas que atraviesan sus análisis, denominadas aquí como: cuerpo, poder y dominación. Conscientes de las diferencias teórico – metodológicas que configuran las investigaciones de Perrot y Bordieu, es posible pensar a partir de sus propuestas, en una perspectiva de complementariedad, la educación, la escuela y el papel que ejercen en la vida contemporánea. La pretensión central de este texto es elaborar argumentos que otorguen visibilidad a las diferencias, jerarquías y violencias que configuran las relaciones de género en diversos contextos de la vida social. Para promover dicho diálogo, me apoyo en los Estudios de Género y en algunos abordajes de la Teoría Feminista.*

*Palabras Clave: Bourdieu, Pierre, 1930 - Crítica e interpretación; género -Relaciones Pretación; Poder (ciencias sociales); Relaciones hombre - muyer*

Rua Servidão Quadros, 209 – Bairro Rio Tavares, Floianópolis/SC, CEP 88048-450.  
E-mail: [deborah@ced.ufsc.br](mailto:deborah@ced.ufsc.br)

Recebido em:20/03/2003  
Aprovado em:07/04 /2003